

A TRANSIÇÃO AGROAMBIENTAL NO CONTEXTO DA FUMICULTURA: CAMINHOS E OBSTÁCULOS NA ÓTICA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA SUB-REGIÃO CENTRO DO VALE DO RIO PARDO, RS.

LIMA, Ronaldo G. de¹; WIZNIEWSKY, José G².; MARTINS, Sergio R³.

¹ Doutor em Ciências pela FAEM/UFPeL. ronaldol@viavale.com.br

² Prof. Dr. do CCR/DEAER/UFSM. jgwsky@terra.com.br (Orientador).

³ Prof. Dr. do DESA/UFSC. sergio@ens.ufsc.br (Co-orientador).

1 Introdução

A caminhada recente da transição agroambiental na região tradicionalmente produtora de fumo do RS, a sub-região centro do Vale do Rio Pardo (VRP), constitui-se, hoje em dia, em uma alternativa técnica e socioeconômica, aparentemente, ainda nos seus primórdios. As dificuldades em desenvolver o projeto da transição embasado nas referências agroecológicas partem, essencialmente, do contexto da economia agrícola local à base da cadeia do fumo. A histórica produção fumageira local tem-se preservado economicamente dominante, desde longa data, por conta das garantias comerciais da produção aportadas pelos agricultores, dentre outras vantagens oferecidas pelo sistema de integração. Por outro lado, o sistema de produção verticalizado produz indicadores sociais e ambientais ineficazes no campo, devido, principalmente, à adoção sistemática dos métodos de agricultura convencional, sabidamente deletérios à vida animal, no curso do tempo. Percebe-se, assim, o que se chama de contradição entre a primazia econômica e a conservação da vida ecossistêmica, vista rotineiramente nos diversos sistemas de cultivos dominantes, por toda parte.

Tentativas de enfrentamento dessa realidade local se iniciaram há algum tempo (cerca de duas décadas, pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, de Santa Cruz do Sul), com a execução de alternativas tecnológicas, econômicas, sociais e ambientais embasadas nos princípios da agroecologia. A mais recente experiência em transição convergiu, em 2000, com a criação da Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas Ltda. (ECOVALE), de Santa Cruz do Sul. Essa nova experiência focada na organização social e na participação dos agentes rurais, não se realiza tão facilmente nem está dado. A busca de outra agricultura consubstanciada na sustentabilidade ou na agroecologia (como preferem alguns), às vezes, não consegue avançar como se espera, por conta, principalmente das orientações, dos interesses materiais (a razão econômica) prevalecentes, entre os indivíduos. A questão principal que se coloca é saber por que alguns agricultores permanecem e outros não permanecem executando o projeto da transição agroambiental, naquele espaço físico-geográfico do RS. A análise dos limites e das possibilidades dessa nova experiência parte, em primeiro lugar, da leitura específica de autores-fonte de diferentes campos disciplinares, como a da sociologia rural, da sociologia do desenvolvimento, da teoria do conhecimento, da ecologia e da agronomia. Secundariamente, este estudo de caso buscou subsídios teóricos e práticos na pesquisa qualitativa. A questão levantada implica, portanto, à pretensão maior de analisar a emergência da transição agroambiental, na região tradicional e economicamente vinculada à fumicultura, a sub-região centro do VRP.

2 Procedimentos metodológicos

A operacionalização da pesquisa se iniciou com a escolha intencional dos sujeitos pesquisados, conformando oito agricultores (sendo quatro associados ativos da ECOVALE e quatro ex-associados da mesma) e um técnico (membro da

equipe do CAPA). As ferramentas metodológicas aplicadas no campo se constituíram de um conjunto de técnicas, como a entrevista semi-estruturada, o questionário, a observação, as fontes documentais, além de recorrer-se aos informantes qualificados, estrategicamente escolhidos pelo pesquisador.

A aplicação das entrevistas, com o auxílio de um gravador, embasou-se em um roteiro guia previamente elaborado pelo pesquisador. As entrevistas, juntamente com o uso dos questionários e com a busca de informações de certos agricultores informantes, foram realizadas no período de março a maio de 2007. As observações das sessões dos Conselheiros da ECOVALE, as conversas rotineiras com um técnico informante do CAPA (este, não participou da entrevista) e as consultas às fontes documentais, foram realizadas entre julho de 2006 e maio de 2007.

A análise e a interpretação do material coletado nas entrevistas seguiram os procedimentos apontados por Minayo (1992), e que consiste no que a autora denomina de análise de conteúdo ou temática. Essa análise consiste, primeiramente na codificação (na transformação dos dados brutos em unidades de registros que permitem esclarecer as características, o conteúdo de um dado texto enunciado numa interlocução) e na classificação das categorias. Todas as demais ferramentas metodológicas antes listadas foram aproveitadas na análise no sentido de compor as ideias entorno do problema de pesquisa.

3 Resultados e discussão

O fumo continua representando para quase todos os entrevistados uma atividade que cumpre as finalidades de sustento material. Notadamente, a fumicultura para alguns é a base para *“manter a renda familiar”*, *“pra conseguir dinheiro”*; ela cumpre com objetivos essenciais e fundamentais de manutenção da unidade e da reprodução social dos familiares. Para outros, ela funciona apenas como uma atividade de segurança econômica, que se soma a outras estratégias paralelas.

A ideia norteadora dos agricultores é simplesmente contar aqui e agora com o fumo, à medida que as alternativas paralelas, principalmente as de base ecológica, não são ainda capazes de suplantar a tradição fumícola na microrregião centro do VRP, simplesmente, pelo fato, daquelas não remunerar suficientemente as atividades dos agricultores, comparativamente ao fumo.

Segundo certos agricultores, o trabalho na fumicultura é uma opção *“meio forçada”*, ante as incertezas de uma nova alternativa econômica, independentemente do padrão tecnológico que se queira adotar. Outros, porém, admitem ganhar tanto quanto ou mais com a exploração intensiva de determinada olerícola do que com o fumo. O dilema, no entanto, centra-se nas questões do mercado. *“Em 2 a 3 hectares de hortaliças, eu preciso correr atrás de mercado. [...] A diversificação de repente poderia não te dar aquele retorno certo, que nem o fumo”*. O receio da imprevisibilidade mercadológica (da venda não garantida, principalmente) de produtos alternativos ao fumo, possivelmente freie, não somente as explorações de base ecológica, mas também as de origem convencionais. Não é que os agricultores não gostem de trabalhar com os processos agrícolas de base ecológica, sabidamente promotores da sustentabilidade na perspectiva ambiental e no bem-estar físico das pessoas. Seriam as incertezas relacionadas com os *“aspectos econômicos da produção”*,

as maiores causas de inibição do crescente avanço da transição, afetando, por consequência, a emergente proposta alternativa da ECOVALE¹, na região.

Para algumas atividades, como as hortaliças, não há segurança contra possíveis frustrações. As hortaliças cultivadas “*não têm seguro, não têm nada nem uma garantia de preço*”. Imaginemos quão difícil pode ser, para os inúmeros agricultores da região, tentar trabalhar com novas ocupações ou aprimorando outras, na esperança de gerar rendas. Se, entre os pesquisados, vemos mais incertezas do que afirmações, torna-se nebulosa avistarmos a curto prazo a concretização de projetos e de políticas concatenadas com o ideário da sustentabilidade. Os motivos são vários: i) mercado incerto para os produtos; ii) preços defasados dos produtos gerados na origem; iii) questões atrativas em relação à lavoura de fumo; iv) predominância do padrão de agricultura convencional; vi) problemas com o planejamento das atividades dirigidas para o comércio; vii) pouca cultura associativista e viii) limitações técnicas pontuais com as explorações de base ecológica, essencialmente nos períodos da primavera e verão. Apesar de tudo, considera-se que as atuais receitas geradas por diferentes atividades de base ecológica não são economicamente sustentáveis (pois dependem da lavoura de fumo), de um lado, mas, elas são extremamente importantes qualitativamente, pelo valor nutritivo e biológico dos produtos acrescentados na dieta alimentar do grupo, de outro, contribuindo em grande medida com a segurança alimentar e nutricional dos familiares.

Naturalmente, em sistemas de cultivos isolados (olerícolas e cana-de-açúcar) é possível a produção ecológica. Agora, em agroecossistemas integrados (o todo de cada propriedade), onde se pensa executar a sustentabilidade ecológica, social e econômica, no momento, ela é absolutamente ausente, entre os pesquisados. Por enquanto, esse estágio é futurista, evidentemente, com chances de tornar-se real, caso houvesse, principalmente, melhores condições de mercado para os produtos e, secundariamente, vontade dos agricultores em continuar manejando as técnicas de bases ecológicas. Nesse aspecto, caberia perguntarmos: o fumo que se apresenta, em quase todos os sistemas pesquisados, fará parte desse novo redesenho de agricultura? É possível manejá-lo sem agroquímicos? Se isso acontecer (logisticamente, parece ser muito difícil), os princípios que defendem as tradições vão aceitar o fumo como atividade agrícola secular e de referência comercial, na região? Se depender dos agricultores, enquanto não surgir uma nova alternativa viável economicamente, o fumo continuará dividindo as áreas com outros sistemas diversos, mesmo contra a vontade da maioria. Mesmo contra as preferências de alguns técnicos, admite-se, considerando a tradição do agricultor, incluir, no processo de transição do sistema agrícola, a lavoura de fumo, desde que houvesse a conversão para o cultivo orgânico, argumenta o técnico entrevistado. “*O fumo não é o nosso foco. Agora não dá pra ignorar que ele tá [está] lá dentro das propriedades, que ele vai continuar, vai persistir e que não tá [está] livre de sofrer uma transformação na sua base produtiva, por exemplo, caminhando pro [para] orgânico, né, o que seria um passo pra largada dos insumos que realmente fazem toda uma poluição, né*”. Deixar o cultivo do fumo, algum dia, é uma ambição futura dos entrevistados. Mas esse projeto, como diz um agricultor feirante, é “*lento*” e “*complicado*”. “*Às vezes, tá [está] pra sair, às vezes, o fumo acaba voltando como nos últimos anos; o fumo*

¹ No início de 2007, a ECOVALE possuía 112 indivíduos sócios, cerca de setenta (70) famílias. Hoje, em meados de 2010, a referida cooperativa conta com 65 indivíduos sócios.

voltou de novo, né. Já plantei muito menos, agora tô [estou] plantando muito mais". Os técnicos, igualmente, referem que há dificuldades para se edificar opções de renda sólidas, entre os agricultores assistidos do CAPA.

As constatações até aqui referidas de "predomínio das ações" que visam, basicamente, a reprodução material (sem cálculo contabilístico), por meio de objetivos desenvolvidos à luz do ambiente externo ou situacional (relação ou inserção do agricultor com o ambiente mercadológico dominante), não são as únicas entre os pesquisados. Há casos, embora à margem do sistema dominante, em que as representações, as atitudes praticadas na agricultura, não estão em consonância com o imediatismo das técnicas nem com a segurança de venda anual proporcionado pelo cultivo de fumo; saliente-se, esse tipo de racionalidade é raro na região pesquisada. Interessante referir ainda as atitudes de idealização dos agricultores. Eles propõem, como no caso dos agrotóxicos, a perspectiva de abandono da fumicultura. Nesse aspecto, as manifestações idealistas de futuro partem com mais convicção dos atuais filiados da ECOVALE. Espera-se, algum dia, poder viver de outras fontes de renda, que não a da fumicultura nem tampouco a do emprego dos insumos tóxicos.

4 Conclusões

Os principais resultados conclusivos, com relação à questão levantada, são de natureza essencialmente econômicas, mas, não somente devido à lavoura de fumo (apesar do seu peso nas decisões familiares). Os agricultores podem tanto desistir quanto frear o processo de transição agroambiental, devido à insegurança com o mercado da produção de base ecológica. Mesmo assim, todos os agricultores reconhecem a importância tecnológica e socioeconômica da perspectiva agroecológica. Trabalhar integralmente nessa perspectiva alternativa é uma utopia para a maioria dos agricultores que gostariam de desistir da ocupação na lavoura de fumo. Os obstáculos existentes não são intransponíveis. Precisaria criar mecanismos mais consistentes e seguros para os agricultores poderem comercializar seus produtos de origem ecológica. Poderiam ser aprimoradas as atuais ações e políticas de Estado, incentivando a organização e a participação dos agentes rurais na perspectiva de geração de renda e emprego em atividades sustentáveis, seja de natureza socioeconômica, seja de preservação ambiental. O Programa de Aquisição de Alimentos da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário constitui-se, no momento, numa alternativa comercial fundamental à diversificação e que deve ser permanentemente seguida. Paralelamente, não se deve esquecer das diversas funções implícitas nos espaços rurais. Não é só da agricultura que se pode retirar o sustento dos grupos familiares. Sugere-se que pense nessa ótica multidimensional, a fim de levar ao campo o verdadeiro desenvolvimento rural. Eis, que se idealizem projetos estruturantes nas áreas rurais, com a finalidade de torná-los sócio, economicamente mais atrativos às pessoas.

Bibliografia:

MINAYO, Maria C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo - Rio de Janeiro: Hucitec - Abrasco, 1992.